

Relatório reunião entre presidência do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social e dirigentes da CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social

Data: 06 de maio de 2021

Por: plataforma virtual

Representantes do INSS: presidente, Leonardo José Rolim; Ailton Nunes de Matos; Emerson Jorge da Cruz; Guilherme Gastaldello; Rogério Soares de Souza

Representantes da CNTSS/CUT: Terezinha de Jesus Aguiar, SINTFESP GO/TO; Alba Cristina Nogueira Lopes, Oposição SINDPREV CE; Fernanda Cristina F. Guelli Puerta, SINTSPREV; Júlio Cesar Lopes de Jesus, SINDPREV; Samir Hartumg, SINDSPREV ES.

A reunião foi iniciada pelos dirigentes da CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, os quais agradeceram a disponibilidade e o compromisso do presidente do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Leonardo Rolim, em dar continuidade às negociações acerca do Serviço Social na Previdência.

Em seguida, os dirigentes também abordaram um assunto que julgaram importante mencionar. Trata-se da discordância em relação às falas do presidente que davam conta da existência de um suposto “acordo” entre a presidência do INSS e a Confederação. Para os dirigentes da CNTSS/CUT não houve acordo algum, mas, sim, um compromisso pessoal assumido pelo presidente da autarquia em cumprir três contrapropostas feitas por ele próprio, o que não significou dizer que a entidade classista aderiu às propostas em troca de abrir mão de suas reivindicações iniciais, a exemplo do pedido de revogação da Portaria nº 11/2021 e, particularmente, em relação ao problema gerado pela abertura de uma 6ª/7ª agenda de avaliação social diária.

Foi informado ao presidente do INSS que em todos os Estados e Regiões do país tem sido pacífico entre a maioria expressiva dos assistentes sociais do Instituto que estes profissionais não aceitam realizar mais uma sexta ou sétima avaliação social, haja vista que já vêm dando sua contribuição com o retorno do trabalho presencial, quando as Agências deveriam estar fechadas até que todos fossem vacinados, haja vista o número alarmante de mortes por Covid-19 no país, revelando assim os limites humanos, técnicos e éticos que este aumento de atividades, incompatível inclusive com sua carga horária, estaria lhes infringindo.

Após o pronunciamento inicial dos dirigentes sindicais houve certo tensionamento na reunião, tendo em vista que a fala do presidente do INSS foi de não concordância com o que foi mencionado pelos representantes da categoria na reunião e que, na visão dele, havia entendido que houve, sim, um “acordo” entre a gestão e a entidade e que ele havia cumprido a parte dele. O presidente Leonardo Rolim chegou a afirmar que tinha palavra e que se os membros da

CNTSS/CUT haviam voltado atrás em relação às propostas da reunião anterior, então, a reunião poderia se dar por encerrada naquele exato momento.

Após a fala do dirigente do INSS os representantes da categoria fizeram o exercício de explicar o funcionamento de “representações” e que não é dado o poder nem o direito a nenhum representante fechar “acordos” que antes não tenham passado pelo crivo da análise crítica dos representados, correndo-se o risco da perda da condição de representantes, por ferir uma relação de confiança, respeito e, conseqüentemente, atingindo a legitimidade dos que os representam. Destacou-se que a autonomia dos representantes é sempre muito relativa e que o retorno que foi dado pela base da categoria durante esse mais de um mês após a última reunião foi que esta não aceita a realização de uma 6ª ou 7ª avaliação social diária. Reafirmaram ainda que em momento algum foi mencionada a falta de palavra do presidente do INSS e que o que houve foi um equívoco na utilização das palavras pelo sentido que o termo “acordo” possui para o campo sindical, não havendo necessidade de finalizar a reunião em razão do que foi mencionado.

Superado esse momento inicial de tensão houve entendimento de que a reunião poderia ter prosseguimento. Os representantes da CNTSS/CUT cobraram os dados institucionais acerca do número efetivo de avaliações sociais em todo o país, bem como do número de profissionais que retornaram do Home Office para o atendimento presencial nas Agências, tendo em vista que na última reunião com a presidência estes elementos foram apontados como indicadores para contribuir para a possível superação da 6ª ou 7ª avaliação social diária até o mês de junho de 2021.

Nesse sentido, um dos representantes dos assistentes sociais apresentou dados da Região Nordeste, como exemplo, indicando que, durante o mês de abril do corrente ano, o número de comparecimentos dos requerentes para realização da avaliação social nesta Região havia subido bastante em muitas Gerências, atingindo índices de mais de 90% de comparecimento em algumas delas, numa média maior que 70% da Região Nordeste. Que, nesse sentido, esse era um indicador importante e que, dentro das negociações estabelecidas desde a reunião anterior entre a presidência do INSS e a CNTSS/CUT, poderia interromper a 6ª/7ª agenda de avaliação social diária. Neste sentido, os representantes dos trabalhadores reiteraram o interesse de ouvir a gestão do INSS a esse respeito. Todavia, os assessores da presidência afirmaram não possuir esses números naquele momento, mas que teriam como consegui-los mais adiante.

Um outro assunto abordado durante a reunião foi a questão da gestão das agendas de avaliação social do Serviço Social. Uma das representantes da categoria afirmou que tem havido situações no país em que gestores administrativos do INSS, ao mexer nessas agendas sem o devido conhecimento técnico do seu manuseio, vêm duplicando e, em alguns casos, até triplicado o número de avaliações sociais diárias, causando enormes transtornos não apenas para os profissionais e para a Instituição, mas, fundamentalmente, para os usuários, que têm tido os seus agendamentos remarcados, tendo que aguardar mais alguns meses para realizar a sua avaliação social.

Os representantes dos assistentes sociais reivindicaram a gestão técnica dessa agenda, tendo em vista que ela é uma competência profissional dos representantes técnicos do Serviço Social. Nesse momento, a chefia da Divisão de Serviço Social (DSS), Patrícia, pronunciou-se afirmando que era muito bom que estivesse sendo reivindicado isso, pois, segundo ela, as representações técnicas do Serviço Social não estavam querendo assumir a gestão da agenda. Tal informação foi confrontada imediatamente pelos representantes dos assistentes sociais presentes à reunião, os quais afirmaram que essa informação era improcedente e que o que os representantes técnicos do Serviço Social se negavam era comandar o aumento do número de avaliações sociais diárias, expressando, com isso, um compromisso com o Serviço Social na Previdência, não apenas técnico, mas também ético e humano em relação aos seus colegas assistentes sociais em um momento tão difícil quanto o que o país passa.

Nesse sentido, cobrou-se ainda da gestão explicações acerca da efetividade da comunicação entre o INSS e os requerentes para reduzir o número de faltas no ato da avaliação social. O presidente informou que a Central 135 tem ligado para as pessoas informando sobre o agendamento. Ao passar para um de seus assessores se pronunciar sobre o assunto, foi afirmado que o grande problema é que em cerca de 70% dos casos o 135 não consegue falar com os interessados, ou porque os requerimentos são antigos e os números podem estar desatualizados, errados, ou a ligação não completa, não atendem ou ainda são outras pessoas que atendem por eles, o que não garante que sejam comunicados.

Uma das representantes dos assistentes sociais afirmou que dos agendamentos que vêm acompanhando e que as pessoas faltaram na data e horário de realização da avaliação social, a informação que obteve foi de que nenhum deles havia sido contactado pelo 135, o que foi reafirmado pelo assessor de que estão enfrentando dificuldades de realizar esta localização. Diante disso, a representante da categoria solicitou ao presidente uma solução para este problema que impacta diretamente no trabalho dos assistentes sociais, bem como na vida dos requerentes, que muitas vezes podem ter seus requerimentos de BPC – Benefício de Prestação Continuada indeferidos por não terem ciência da data e horário de realização da avaliação social.

Sobre este assunto o presidente do INSS respondeu que um novo sistema será implantado em cerca de 10 a 15 dias e que resolverá o problema, tanto da duplicidade de agendas quanto de agendamentos equivocados para locais distantes do local de moradia dos requerentes. A representante da categoria voltou a manifestar sua preocupação informando que conhecia o sistema mencionado e que ele não resolveria tão facilmente o problema da agenda dos requerimentos que constam no acervo do GET e no Sibe Loas, pois o sistema irá operar em outra plataforma e o agendamento será feito no SAG, podendo, inclusive, ocasionar sobreposição de agendas. Mas que espera que isso não ocorra.

Tendo em vista que a reunião ficou prejudicada em função da ausência de alguns dados que deveriam ser apresentados por parte da assessoria da presidência do INSS para que pudesse ser avaliada a situação nacional, foi definido que este debate deveria ser retomado em uma reunião



posterior, a ser agendada dentro das possibilidades da presidência do INSS, mas com o compromisso de que pudesse ser o mais breve possível, aproximadamente dentro de 15 dias.

A direção da CNTSS/CUT reafirma que nenhum acordo pode ser firmado se não for aprovado pelas instâncias democráticas da base de sua categoria e que continuará na defesa dos interesses dos assistentes sociais na previdência, por entender que as pautas desses(as) trabalhadores(as) sempre são justas e estão vinculadas historicamente aos interesses mais amplos do conjunto da classe trabalhadora.

CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social
06 de maio de 2021